

EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA E INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS

EMANCIPATORY AND INCLUSIVE SEX EDUCATION IN THE EARLY CHILDHOOD EDUCATION CURRICULUM OF FLORIANÓPOLIS

Graziela Raupp

Doutora em Psicopedagoga Clínica, Pedagoga, Pesquisadora Científica do LabEduSex e UNIRIO

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2796-1923>

E-mail: raupp.graziela@gmail.com

Cassiano Uberti

Mestrando em Educação no PPGE - FAED/UDESC

ORCID <https://orcid.org/0009-0005-3803-8148>

E-mail: casuberti@gmail.com

Resumo: A Educação Sexual na Educação Infantil é marcada por tabu, despreparo e medo por parte das famílias e professoras/es. Mesmo com avanços na temática e aportes legais, ainda persistem problemas que envolvem o currículo das instituições educativas. O objetivo desta pesquisa foi analisar as orientações para a Educação Sexual no currículo da Educação Infantil de Florianópolis. É ancorada em uma abordagem qualitativa e análise documental do Currículo da Educação Infantil de 2015 e da Reedição das Orientações Curriculares da Educação Infantil de 2022, a partir das palavras-chave: Educação Sexual, corpo, inclusão, sentimento, diversidade, sexo e sexualidade, a fim de compreender a orientação curricular para a Educação Sexual. O estudo mostra que existem elementos que tangenciam a Educação Sexual emancipatória e inclusiva, mas não apresentam profundidade no diálogo, direito ao conhecimento científico ou aproximação com as vivências cotidianas das crianças na instituição de Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Sexual. Currículo. Crianças.

Abstract: Sex Education in Early Childhood Education is marked by taboo, unpreparedness, and fear on the part of families and teachers. Even with advances in the field and legal support, problems related to the curriculum of educational institutions persist. This research aimed to analyze the guidelines for Sex Education in the Early Childhood Education curriculum of Florianópolis. It is anchored in a qualitative approach and documentary analysis of the 2015 Early Childhood Education Curriculum and the 2022 Re-edition of the Early Childhood Education Curriculum Guidelines, based on the keywords: Sex Education, body, inclusion, feeling, diversity, sex, and sexuality, in order to understand the curricular orientation for Sex Education. The study shows that there are elements that touch on emancipatory and inclusive Sex Education, but they do not provide depth in dialogue, access to scientific knowledge, or a connection with children's daily experiences in Early Childhood Education institutions.

Keywords: Sex Education. Curriculum. Children.

Introdução

Esta pesquisa apresenta reflexões e discussões acerca da presença da Educação Sexual, numa perspectiva inclusiva e emancipatória, no currículo da Educação Infantil. Reconhecemos que as crianças vivem diferentes infâncias e, em suas experiências e vivências coletivas, buscam construir conhecimentos de mundo por meio das relações com o outro e, nessa interação, constroem sua identidade, a qual está intrinsecamente ligada à sua sexualidade enquanto dimensão humana indissociável do ser.

Assim, o objetivo geral foi compreender como os documentos curriculares da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis mencionam e apresentam as propostas pedagógicas que envolvem Educação Sexual para crianças, numa perspectiva de educação inclusiva e emancipatória. Nesse sentido, analisamos as definições e orientações sobre Educação Sexual presentes nas Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, com foco em suas implicações para a formação integral das crianças. Além disso, outros objetivos específicos foram traçados para identificar as propostas pedagógicas que se referem à Educação Sexual nos documentos, e de problematizar as propostas pedagógicas, seus fundamentos e implicações no contexto da Educação Infantil.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa com método de pesquisa documental. Foram realizadas buscas em dois documentos curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, a saber: 1) Currículo da Educação Infantil (2015) e 2) Reedição das Orientações Curriculares da Educação Infantil (2022), a respeito de palavras-chave¹: *Educação Sexual, corpo, inclusão, sentimento, diversidade, sexo e sexualidade*, a fim de compreender o sentido e a orientação curricular para a Educação Sexual inclusiva e emancipatória.

A Educação Sexual na Educação Infantil: Sou Criança e Tenho Sexualidade

Certo dia, sentei junto com um grupo de crianças, brincando numa das mesas da sala do G5². Passado um curto período de tempo, um dos meninos perguntou: “Por que você está usando brinco?” Eu disse que gostava, que achava bonito. Mas ele interpelou: “Mas brinco é de mulher!”. E eu devolvi: “Não, pode ser para homem também, eu já vi outros homens aqui na creche com brinco”. Nesse instante, outra criança comenta: “É verdade, meu pai usa brinco também”. E o assunto acabou, sem mais nenhum comentário.³

A Educação Sexual existe nas instituições educativas, seja pautada em currículos explícitos ou ocultos, nas interações entre crianças e adultos. As crianças, em suas infinitas vivências de diferentes infâncias, produzem e reproduzem culturas e constroem seus arca-bouços conceituais sobre o mundo em suas relações com outras crianças e com os adultos. Nessa narrativa do cotidiano, numa sala de referência da Educação Infantil, percebemos como as crianças, desde muito cedo, vão construindo sua percepção de gênero e sexualidade no mundo, e nos interpelam sobre suas dúvidas e curiosidades. Gênero, sexo, sexualidade, corpo, corporeidade, homem, mulher, diversidade, diferenças, entre muitos outros aspectos da sexualidade humana fazem parte do conjunto de saberes para uma Educação Sexual emancipatória e inclusiva. Ainda nesse excerto, podemos perceber como a construção de gênero, para uma criança, vai ao encontro da definição de gênero para Scott (1990, p. 86), a respeito da conexão entre duas proposições: “[...] o

1 Na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, há um trabalho que também buscou analisar a incidência da sexualidade no currículo. As pesquisadoras Karine Zimmer da Silva e Márcia Buss-Simão (2018) realizam um estudo discutindo sobre gênero e sexualidade e suas implicações para a prática educativo-pedagógica, utilizando as palavras-chave: crianças, meninas, meninos, diversidade, gênero, sexo, sexualidade, masculino, feminino, masculinidade, feminilidade, mulher e homem. Por isso, neste trabalho, utilizaremos algumas palavras diferentes das que Silva e Buss-Simão utilizaram.

2 Grupo etário composto por crianças entre 4 e 5 anos, cuja nomenclatura é utilizada na Rede Municipal de Florianópolis.

3 Memória pessoal do autor, num momento de interação com crianças em sala de referência da Educação Infantil.

gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e; o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. O que é ser homem e mulher na sociedade passa por um processo de construção de gênero, por “um terreno cujo significado é contestado e está em fluxo” (Scott, 1990, p. 93); e, evidentemente, não repousa somente em aspectos pessoais (usar um brinco na orelha ou outro adereço), mas imbrica-se numa concepção de sexualidade que é também uma questão social e política, construída ao longo da vida, de muitos modos, por todos os sujeitos (Louro, 2010).

Não sendo algo dado naturalmente (porque não vivemos nossos corpos universalmente da mesma forma) e sim construída, a sexualidade passa por um processo contínuo de formação. Nesse sentido,

Educação Sexual é toda ação ensino-aprendizagem a respeito da sexualidade e de todas as temáticas a ela ligadas direta ou indiretamente, seja em relação aos conhecimentos científicos, seja em relação às reflexões, valores, normas, sentimentos e atitudes relacionados à vida sexual (Figueiró, 2023, p. 117).

De acordo com Figueiró (2023), trata-se de um processo que acontece em todo lugar e por todos os sujeitos, de maneira formal (numa aula planejada, numa palestra) e informal (na roda de amigos, nas famílias, em momentos inusitados do cotidiano da vida). Em outras palavras, fazemos Educação Sexual constantemente, por meio das relações sociais, vamos construindo nosso entendimento sobre sexualidade. E, segundo essa definição, a educação não se baseia tão somente na questão biológica do sexo e temas relacionados, mas à identidade de gênero, à construção e expressão social de gênero na sociedade, sentimentos e descobertas emocionais e corpóreas, numa dimensão mais intrínseca e constitutiva do ser humano.

No ambiente escolar, a temática da Educação Sexual adentra nos currículos e orientações curriculares no início do século XX, com tentativas e experiências ainda muito engessadas se comparado com o tempo atual. Bueno e Ribeiro (2018) traçam um panorama geral da Educação Sexual no Brasil e apontam que, nos anos 1940 e 1950, houve significativa produção bibliográfica; nos anos 1960, foram realizadas algumas ações efetivas de Educação Sexual, mas foi a partir de 1980 que os órgãos de governo desenvolveram projetos mais avançados. Entre idas e vindas, com seus freios e avanços históricos, a Educação Sexual entra como tema transversal, enquanto orientação sexual, nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (Brasil, 1997), sobretudo com a intenção de uma educação preventiva para o enfrentamento da Aids. A temática foi ganhando espaço na sociedade, na escola e nos discursos pedagógicos, desde a Educação Infantil, mesmo com movimentos de avanços e retrocessos, baseados em diferentes propostas de governo, mesmo que focadas na questão biológica e da saúde.

Por Educação Sexual emancipatória, Nunes (1996, p. 217) aponta para uma “[...] concepção de educação sexual voltada para a emancipação subjetiva da individualidade e do caráter histórico e acumulado através da cultura”. Para o autor, a sexualidade emancipatória oferece condições para a pessoa superar a alienação recebida historicamente de outras abordagens repressivas sobre a Educação Sexual (Nunes, 1996). Da mesma forma, Vasconcelos (1971), já apontava, no século XX, a importância da Educação Sexual nessa perspectiva emancipatória:

[...] é abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais, e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e moral, que não apanha a sexualidade naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor (Vasconcelos, 1971, p. 111).

Desse modo, a Educação Sexual emancipatória visa o rompimento, a quebra de tabus e de visões de mundo moralistas, garantindo ao sujeito-criança a ter autonomia para compreender o seu corpo, sua identidade, emoções, sentimentos e desejos; e o direito ao conhecimento, à autonomia e ao consentimento.

Essa concepção faz relação também com a Educação Sexual numa perspectiva inclusiva, ao considerar qualquer deficiência como diferença e, assim, compreender que todas as pessoas têm direito à educação em geral, e também à Educação Sexual (Bortolozzi; Carvalho; Vilaça; 2020). Assim, todas as crianças, independentemente de suas condições individuais ou sociais, devem ter acesso a um ambiente respeitoso, acolhedor e livre de discriminação. Essa perspectiva também garante a inclusão à diversidade e identidade de gênero; à representatividade e visibilidade de diversos tipos de composição familiar, entre outros.

Sendo assim, a Educação Sexual emancipatória e inclusiva permite, trabalhar e desenvolver questões sobre o direito ao conhecimento da sexualidade de forma crítica, acessível, humanística e respeitosa, considerando a diversidade de identidades, experiências e realidades sociais. Essa Educação Sexual emancipatória e inclusiva diferencia de abordagens normativas e restritivas ao considerar a sexualidade como parte fundamental da construção da identidade e das relações humanas desde a infância.

Portanto, a Educação Sexual emancipatória e inclusiva na Educação Infantil é reconhecer o direito das crianças ao conhecimento científico, à cultura, à inclusão das diferentes famílias, e a compreensão de que são seres humanos sexuados, que vivem, questionam, são curiosas, ativos e constroem seu conhecimento e sua sexualidade a todo momento. Figueiró (2023) destaca a importância de se falar sobre sexualidade às crianças, garantindo, entre outros aspectos, o direito sexual⁴ da informação baseada no conhecimento científico. Considera que “é preciso educar, desde a primeira infância, para que as pessoas vivam bem sua sexualidade, de forma feliz, saudável, com autonomia e responsabilidade, e para que as relações afetivo-sexuais sejam positivas para as pessoas envolvidas” (Figueiró, 2023, p. 118). Furlani (2009) apresenta princípios para uma Educação Sexual na escola a começar na infância, com conhecimentos (científicos ou de senso comum) imprescindíveis para a formação integral; com a descoberta corporal; que não deve existir qualquer segregação de gênero nos conhecimentos apresentados a meninos e meninas; que não há brinquedo específico para cada gênero; e discutir valores que levem ao respeito e reconhecimento da diversidade.

O cotidiano da Educação Infantil está permeado por situações que envolvem sexualidade. Normalmente, as crianças apresentam intensa curiosidade e desejo de conhecer o próprio corpo e as sensações prazerosas, compreender os papéis sociais de homem e mulher, conhecer o corpo do outro, as diferenças anatômicas, saber como nascem os bebês, entre tantas outras situações. Ainda que reconheçamos a importância de trabalhar a Educação Sexual na Educação Infantil, é possível perceber que existem entraves e dificuldades baseados em tabu, medo e falta de preparo profissional docente. Ao dialogar sobre Educação Sexual na instituição educativa, por vezes, reverbera em concepções diversas, experiências, dificuldades docentes e, no campo social e educacional, permeado por lutas, avanços e retrocessos para uma ação pedagógica em vista de uma Educação Sexual emancipatória. Pesquisas como as de Pastana e Maia (2014), Antunes (2023) e Machado (2024) apresentam as dificuldades das/os professoras/es de Educação Infantil em lidar com a temática. Antunes (2023) e Machado (2024) mostram que, muitas vezes, professoras/es concebem a sexualidade a partir de uma vertente biológica-reprodutivista e têm suas histórias pessoais marcadas por uma vertente normativo-instrucional⁵. Mesmo assim, alguns/mas compreendem a sexualidade e tentam articular uma Educação Sexual emancipatória, mas

4 Conforme Figueiró (2023, p. 117), a Declaração dos Direitos Sexuais foi proclamada originalmente em 1997, pela World Association for Sexual Health – WAS (Associação Mundial pela Saúde Sexual), no 13º Congresso de Sexologia, em Valência, Espanha. Uma revisão dessa Declaração foi aprovada em 1999, em Hong Kong, pela Assembleia Geral da WAS, e foi reafirmada na Declaração WAS: Saúde Sexual para o Milênio, em 2008. Uma outra e mais recente revisão aconteceu em 2014, a qual reforçou sua identificação com os Direitos Humanos.

5 Vertentes citadas por Antunes (2023) e Machado (2024), sobre as abordagens pedagógicas brasileiras de Educação Sexual, propostas por Nunes, em sua tese de doutorado, em 1996, intitulada: “Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre Educação Sexual escolar”.

não se sentem capacitadas, não encontram espaço para dialogar e compreender suas próprias resistências e desconfortos e, assim, ressignificar sua ação docente (Pastana, Maia, 2014). Antunes (2023) e Antunes e Raupp (2024) chamam a atenção para a urgência e necessidade de ampliação das discussões sobre esse tema nas formações regulares e continuadas de professoras/es para subsidiar as possibilidades de vivenciar intencionalmente a Educação Sexual emancipatória. Oliveira e Ribeiro (2014) também ressaltam que “as maneiras como alguns adultos tratam as primeiras experiências infantis com relação aos corpos e as sexualidades contribuem para que as crianças construam sentimentos de vergonha, culpa ou medo” (p. 196).

Por isso, é imprescindível que, na Educação Infantil, a temática da Educação Sexual seja evidenciada e promovida no currículo e que, aliado à necessidade de formação continuada, apresentem-se alternativas para avançar em direção a uma Educação Sexual emancipatória, numa perspectiva inclusiva. No próximo item, discutiremos algumas bases legais para a Educação Sexual, reconhecendo que a inserção e prática dessa educação nos currículos gera intensos debates e percepções. Na atualidade, essa temática carrega traços de conservadorismo diante de governos com propostas que contrariam uma educação baseada na ciência e que promove o respeito à diversidade humana.

Bases Legais e Currículo de Educação Sexual na Infância

As crianças são compreendidas, enquanto uma Pedagogia da Infância, como sujeitos sociais, culturais e históricos, que vivem suas diferentes infâncias diante de diferentes contextos e marcadores sociais como gênero, etnia, classe social, religião, sexualidade, contexto socioeconômico, entre outros (Martins Filho e Martins Filho, 2013). São seres humanos concretos e reais, que produzem e reproduzem culturas. Essa abordagem reconhece a infância como uma fase com valor próprio, que não deve ser vista apenas como preparação para a vida adulta, entendendo a criança como protagonista em contextos educativos e sociais, desafiando visões adultocêntricas e hierárquicas. Martins Filho e Martins Filho (2013) apresentam a necessidade de construção de uma visão plural das categorias de criança e infância, uma vez que os estudos na área da Sociologia da Infância e Pedagogia da Infância apontam que as crianças não vivem suas infâncias de maneira igualitária; há diversidade diante das condições concretas e marcadores sociais da vida das crianças. Elas vivem suas infâncias em sua singularidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI apontam que

[...] as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009, Art. 4).

É nesse sentido que compreendemos as crianças em suas singularidades, que vivem diferentes infâncias e que constroem suas identidades, são seres ativos, atores sociais e produtores de cultura. Desse modo, as crianças são sujeitos de direitos, fruto de lutas e conquistas de políticas públicas e expressas na forma da lei. No entanto, ainda é um grande desafio afirmar que as crianças têm direitos, pois a legislação, por si só, não garante a efetivação das práticas e, no campo da Educação Sexual, a luta continua sendo bastante árdua.

A respeito da construção histórica de legislação para a infância, diversas nações, incluindo o Brasil, têm se mobilizado para a criação de instrumentos para, dentre outras funções, promover a educação e a proteção das crianças. Desde a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, passando pela Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF) e pelo o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA), a legislação vem assegurando que a criança é ser humano de direitos, deve se desenvolver de maneira integral e ser protegida de qualquer violência. A CF afirma que essa tarefa é da família,

da sociedade e do Estado (1988, Art. 227). O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e afirma que eles têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996, que rege os espaços educativos escolares, define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e que tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, Art 29). Martins Filho e Martins Filho (2013) entendem que a inserção da Educação Infantil na Educação Básica passa a ter um papel específico de “iniciar a formação necessária a que toda pessoa humana tem direito para o exercício da cidadania, recebendo os conhecimentos básicos que são necessários para a continuidade dos estudos posteriores” (Idem, 2013, p. 85). Dentre tais aspectos, e ensejando uma educação integral, compreendemos que o papel da Educação Infantil se vincula, também, no trabalho com uma Educação Sexual emancipatório que dinamize, para e com a criança, aspectos importantes no que se refere ao conhecimento corporal e das emoções, que visam a proteção da criança e o direito ao conhecimento científico.

As DCNEI apontam a necessidade de um currículo que articule vários conhecimentos historicamente construídos:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Brasil, 2009, Art. 3).

As mesmas diretrizes também apontam para experiências e práticas de observância a respeito do “Art. 8º, II - indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança” (Brasil, 2009, p. 02), e que tais práticas garantam, entre alguns direitos, que as crianças “Art. 9º, I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais [...]” (Brasil, 2009, p. 04).

Outro importante documento que estabelece critérios de qualidade aos direitos das crianças foi produzido pelo Ministério da Educação (MEC), por Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg, em 1995, intitulado “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”. Neste documento, há menção ao direito das crianças a “desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão” e, como desdobramento desse direito, recomenda-se que as/os professoras/es das instituições de Educação Infantil não reprimam a curiosidade das crianças pelo seu corpo e nem a curiosidade sexual das crianças (Campos, 2009).

Enquanto legislação que rege sobre os currículos em nível nacional, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), trata das bases comuns dos currículos das escolas. No entanto, diferente dos PCNs, a BNCC representou um retrocesso a respeito do tema da Educação Sexual, segundo Figueiró (2023). Desde 2010, segundo a autora, a Educação Sexual vem sofrendo com movimentos reacionários. A partir de uma rápida análise, Figueiró apresenta que os PCNs, mesmo não configurados enquanto lei, traziam o tema da Educação Sexual (orientação sexual) como tema transversal e “serviram de estímulo para muitos/as professores/as, de variadas disciplinas, realizarem um ‘trabalho de formiguinha’ com seus alunos e alunas e impulsionaram [...] a desenvolver um projeto de Educação Sexual, envolvendo a instituição como um todo” (Figueiró, 2023, p. 127). Ao contrário, a BNCC não inclui a Educação Sexual como tema transversal; e “temas ligados ao corpo humano e à sexualidade só se encontram, de forma direta, no 1º ano e no 8º ano do Ensino Fundamental, e apenas dentro do Componente Curricular Ciências, em sua Unidade Temática: Vida e Evolução” (Figueiró, 2023, p. 128), reduzindo a questão a conhecimentos fisiológicos e biológicos. Algumas habilidades e competências abrem brecha para se trabalhar com a sexualidade, mas, enquanto currículo, é um terreno sempre em lutas e exige posicionamento. Entretanto, Figueiró (2023) apresenta várias sugestões de uso da BNCC, conseguindo extrair interpretações favoráveis para o uso da legislação para fins de trilhar um caminho de Educação Sexual nas instituições de ensino.

A respeito da BNCC para a Educação Infantil, a política pública da Rede de Ensino de Florianópolis tem uma perspectiva própria e, ao dialogar com a BNCC, reitera que os documentos curriculares até então construídos e vivenciados apresentam maior direcionamento e sentido para o que se pretende enquanto Educação Infantil. Em documento intitulado “Base Nacional Comum Curricular e os documentos curriculares municipais da educação infantil de Florianópolis: recontextualização curricular” (PMF, 2021), a rede municipal apresenta estudos e perspectivas para endossar a continuidade de seus próprios documentos orientadores curriculares, que compreendem e vão além da BNCC em suas proposições pedagógicas.

Por currículo entende-se um “projeto de seleção de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola” (Sacristán, 2000, p. 34), faz-se importante pensar no ser humano que se pretende formar. Quadrado e Barros (2014) apontam que o processo de entendimento e a constituição de currículos passa por embates e, até hoje, é espaço de lutas e disputas de poder. Além do que e como ensinar, deve-se levar em conta principalmente “[...] por que este conhecimento deve ser ensinado: o que motivou a seleção de determinados conhecimentos e não outros? [...] para que tipo de sociedade estes conhecimentos são importantes e válidos?” (Quadrado; Barros, 2014, p. 117).

Assim, pensar e defender a Educação Sexual emancipatório e inclusiva no currículo de Educação Infantil também é adentrar num campo de lutas e de constituição de identidades e subjetividades. O currículo aponta para as práticas que podem disciplinar corpos, classificar, normalizar e regular (Louro, 2010), e implica pensar no quanto ele está diretamente envolvido na produção dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, desde a Educação Infantil. Quadrado e Barros (2014, p. 124) entendem “que é necessário que a educação para a sexualidade aconteça de forma contínua e sistemática, pois as diferenças, os preconceitos[...] estão presentes na sociedade e na escola”.

Diante do percorrido até aqui, no sentido de elencar alguns caminhos legais para a Educação Sexual, reconhecemos que esta é um direito da criança, desde bebê, garantido pela legislação, de ter acesso aos conhecimentos científicos historicamente produzidos, por meio de experiências, vivências e práticas pedagogicamente planejadas e com intencionalidade. E que o desenvolvimento de uma Educação Sexual passa por constantes idas e vindas, avanços e retrocessos, pautado também pelo tabu e certos movimentos reacionários a respeito do tema.

Metodologia: Caminhos de Análise do Currículo de Florianópolis

O caminho metodológico é realizado com base em uma abordagem qualitativa; e, como método de coleta dos dados, é utilizada a análise documental. Reconhecemos o caráter essencialmente qualitativo do objeto de pesquisa nas Ciências Sociais (Minayo, 2002), como é o caso da Educação, que, com uma metodologia qualitativa “[...] trabalha com um universo de possibilidades, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]” (Minayo, 2002, p. 21-22).

A respeito da análise documental, de acordo com Kripka e Scheller,

A pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos. Assim, pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno (2015, p. 244).

A partir da análise dos documentos orientadores do currículo (Currículo da Educação Infantil de 2015 e da Reedição das Orientações Curriculares da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2022), serão realizadas buscas para verificar a presença e ausência de

palavras-chave relacionadas com o contexto da Educação Sexual, a saber: *Educação Sexual, corpo, inclusão, sentimento, diversidade, sexo e sexualidade*; além de problematizar suas definições, fazendo uma triangulação com as proposições pedagógicas acerca de cada elemento da busca. A respeito das palavras diversidade, sexo e sexualidade, faremos um breve comparativo também com a pesquisa⁶ de Silva e Buss-Simão (2018), que também realiza incursão dos documentos da Rede Municipal de Florianópolis e traz algumas reflexões sobre a temática da Educação Sexual.

Presença e Ausência de Palavras-Chave nos Documentos

O documento do Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2015 é organizado em duas partes: 1) Brincadeira e 2) Núcleos da Ação Pedagógica (NAP) - sendo eles: relações sociais e culturais, linguagens e relação com a natureza. O documento da Reedição das Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis de 2022⁷, está organizado em 4 partes: 1) Diretrizes Educacionais; 2) Brincadeira; 3) Núcleos da Ação Pedagógica (NAP) e 4) As estratégias da Ação Pedagógica.

A busca de palavras-chave resultou na configuração que vemos no quadro a seguir. Os números correspondem à presença da palavra num contexto e significado relacionado com a temática central.

Tabela 1. Presença de palavras-chave nos documentos orientadores curriculares

	Currículo da Educação Infantil (2015)	Reedição das Orientações Curriculares (2022)
Educação Sexual / Educação para a Sexualidade	0	0
Corpo	112	175
Inclusão / inclusiva	5	8
Sentimento	8	9
Diversidade	21	38
Sexo	3	5
Sexualidade	0	5

Fonte: PMF (2015), PMF (2022).

A primeira palavra pesquisada trata-se da expressão *Educação Sexual* e verificamos que nenhum dos dois documentos a menciona e nem mesmo “Educação para a Sexualidade” como sinônimo. Compreendemos que, mesmo na inexistência do termo, outras palavras, expressões e orientações podem sinalizar um currículo que leva em consideração a Educação Sexual, como algumas práticas e exemplos do cotidiano. No entanto, a inexistência pode representar falta de compromisso, de aprofundamento ou uma postura de silenciamento enquanto política de currículo que nega elementos mais diretos e orientadores para uma Educação Sexual. Se a Educação Sexual é “[...] toda ação ensino-aprendizagem a respeito da sexualidade e todas as temáticas a ela ligadas[...]” (Figueiró, 2023, p. 117), a inexistência do tema nos próprios documentos de orientações curriculares explicita o silenciamento. Uma vez que as/os professoras/es, ao se basearem nesses documentos, não encontrarão subsídios para trabalhar a temática de maneira intencional para as crianças, tornando a Educação Sexual destinada à informalidade das situações, ao currículo oculto,

⁶ As pesquisadoras analisam os documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009); Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2012); e Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2015). Em nossa pesquisa, faremos também um paralelo sobre o documento Reedição das Orientações Curriculares para a Educação Infantil, com uma diferença de 10 anos entre sua primeira edição e verificar as mudanças sobre diversidade, sexo e sexualidade.

⁷ Este documento é uma reedição de sua versão anterior, datada de 2012. Em geral, a nova versão, distante 10 anos da anterior, traz mais reflexões, comentários, indicações de leituras e links para ampliar a leitura.

carregada por tabus e medos sociais acerca do tema.

A respeito das concepções docentes sobre Educação Sexual e Sexualidade, a pesquisa de Antunes e Raupp (2024) nos mostra que, apesar do silenciamento de algumas professoras da pesquisa, elas têm uma compreensão abrangente da Sexualidade e entendem a Educação Sexual na sua perspectiva emancipatória, mas não se sentem devidamente preparadas para dialogar e confrontar situações relacionadas à temática; necessitando investir em formação continuada de professores, para “[...] terem um olhar sensível sobre os conceitos, para poder levar às crianças essas questões de formas lúdicas, possibilitando trabalhar esses conceitos na Educação Infantil ou até mesmo no Ensino Fundamental” (Antunes; Raupp, 2024, p. 9).

A palavra *corpo*⁸ tem uma presença marcante nos dois documentos. Um aspecto que nos chama a atenção é a definição de corporeidade, como a superação da percepção do corpo meramente biológico, carregado de sentidos culturais e sociais indicando a subjetividade do ser humano (PMF, 2015), no movimento de ser, estar e se comunicar no mundo (PMF, 2022). Assim, o elemento corpo, nas orientações curriculares, é carregado de sentido social e cultural e não meramente biológico. Essa perspectiva atravessa todo o texto dos dois documentos analisados. No Currículo da Educação Infantil de 2015, a palavra *corpo* aparece 112 vezes. Para melhor analisar, realizamos uma categorização⁹ para compreender o sentido da palavra *corpo*, no documento. Do total de menções, 11 são relacionadas ao corpo enquanto dimensão humana; 40 menções do corpo como linguagem e comunicação das crianças por meio de seu corpo; 43 menções sobre o corpo que vive e brinca, em situações concretas; 12 menções mais próximas ao entendimento de um corpo sexuado (conhecimento do corpo e questões de gênero); e 6 menções ao corpo relacionado ao cuidado, como vemos a seguir em alguns excertos.

Dimensão Humana

Oportunizar práticas de relaxamento, desenvolvendo a concentração, a respiração, o pulsar, contribuindo para a ampliação da sua percepção **corporal** (PMF, 2015, p. 124, grifo nosso).

Linguagem

Promover, observar e incentivar a produção de sons com o **corpo**, tais como palmas, estalos com a língua, bater o pé, respirar fundo, ruídos com a boca, sons guturais, balbucio, dentre outros, instigando os bebês a descobrirem a variedade de possibilidades de criação de sons com seu **corpo** (PMF, 2015, p. 116, grifo nosso).

Corpo que vive e brinca

Disponibilizar e possibilitar que os bebês tenham acesso a materiais diversos para descoberta dos traços, explorando-os com o **corpo**, sentindo as texturas e sensações destes materiais, com os quais ele possa deixar marcas em diferentes superfícies (PMF, 2015, p. 71, grifo nosso).

Corpo Sexuado

Garantir, aos meninos e meninas, ações de cuidado e consolo sem distinção de gênero (como nas situações que envolvem manifestações de choros, nos momentos de atenção com o **corpo**, como pentear os cabelos, trocar de roupa, entre outros) (PMF, 2015, p. 36, grifo nosso).

Planejar situações em que os bebês reconheçam o seu **corpo**:

8 A pesquisa levou em consideração outras palavras derivadas de corpo, como corporeidade, corporal e seus plurais.

9 Categorias criadas pelo pesquisador diante da análise contextual das palavras no texto, para melhor elucidação devido ao grande número de citações sobre o corpo: dimensão humana, linguagem, situações concretas de brincadeira, corpo sexuado e cuidado.

organizar espaços e tempos em que o toque, a conversa, o banho e a massagem viabilizem esse reconhecimento (PMF, 2015, p. 157, grifo nosso).

Cuidados

Criar situações nas quais os bebês percebam seu **corpo**, tais como conversas durante as trocas de fraldas, banho, alimentação (PMF, 2015, p. 136, grifo nosso).

Reconhecemos que as orientações curriculares buscam fomentar práticas pedagógicas de respeito ao corpo sem distinção de gênero, mas não aprofundam as reflexões e as orientações, permanecendo com discurso mais amplo e sem se basear nas vivências e experiências concretas de crianças curiosas e instigadoras a respeito da sexualidade humana. A categoria “corpo sexuado”, que definimos aqui, tangencia a temática da Educação Sexual, especialmente quando os documentos mencionam a questão da construção de gênero, mas as proposições e orientações não enfatizam de fato, com elementos mais profundos, a curiosidade e a sexualidade das crianças. Figueiró (2023) nos lembra que, desde os PCNs, se as escolas realmente trabalhassem com uma Educação Sexual coerente, teríamos mais pessoas na sociedade lutando contra discursos conservadores. A autora considera que o tabu, as dificuldades pessoais dos próprios profissionais que tecem o currículo e o medo de reações opressoras, são elementos bloqueadores do avanço da Educação Sexual nos currículos (Figueiró, 2023).

No documento Reedição das Orientações Curriculares de 2022, a palavra *corpo* aparece 175 vezes, sendo distribuída em: 33 menções enquanto dimensão humana; 61 menções do corpo como linguagem; 66 menções sobre o corpo que brinca e vive, com propostas de situações concretas; 11 menções de um corpo sexuado, envolvendo a construção da ideia de gênero e papéis sociais; e 4 menções sobre cuidado. Além disso, existem mais 62 citações em notas, dicas de leitura, comentários e poemas, que não foram contabilizadas.

Dimensão Humana

Assim, a ação intencional em todos os tempos e espaços que compõem o cotidiano da Educação Infantil deve se pautar nas expressões e nas características biológicas, físicas, psicológicas e culturais das crianças de forma indissociável, compreendendo o **corpo** como interconexão entre natureza e cultura que se constitui na interface do biológico com o social, histórico e cultural (PMF, 2022, p. 190, grifo nosso).

Linguagem

O **corpo** inteiro da criança desenha, concentrado na pontinha do lápis, que lhe abre a possibilidade da experiência da conquista das formas (PMF, 2022, p. 166, grifo nosso).

Corpo que vive e brinca

A imagem corporal que temos é socialmente determinada pelos valores e padrões de corpo que a sociedade preconiza, por isso que é tão importante para a docência na Educação Infantil a atenção à constituição da dimensão do **corpo** das crianças que se dá num entrelaçamento com a emoção, a socialização e a linguagem constituída nas relações com o outro, com o mundo (PMF, 2022, p. 189, grifo nosso).

Corpo Sexuado

Ao brincar a criança pequena cria uma situação imaginária, exerce papéis variados como mãe, pai, adultos em suas profissões e, inclusive, atribui outros significados aos objetos, ao seu próprio **corpo** (Vigotski, 2008, p. 25) (PMF, 2022, p. 49, grifo nosso).

É necessário pensar que os **corpos** também são alvos de preconceitos e violência e que ainda se observa na sociedade, e em muitas instituições, “ênfase sobre uma estética **corporal** que se orienta por padrões estereotipados e por modelos de normalidade”. Assim como “há um impulso pelos princípios de competitividade, eficiência, performance, rendimento” (PMF, 2016, p. 16) (PMF, 2022, p. 195, grifo nosso).

Cuidados

Organizar os espaços onde ocorrem as relações nas situações cotidianas de cuidados **corporais**: troca de fraldas, banho, as alimentações, o sono e descanso, entre outros, de forma convidativa e aconchegante (PMF, 2022, p. 100, grifo nosso).

Na Reedição das Orientações Curriculares de 2022, o foco do *corpo* não se dá no NAP¹⁰ Relações Sociais e Culturais, com 6 menções ao corpo, com sentido vago e pouca profundidade no que poderia ser, enquanto corpo em relações com outros sujeitos, na questão do gênero, nas descobertas, na construção da ideia de gênero e papéis sociais. O foco, na verdade, está no NAP Linguagens Corporais e Sonoras, com 124 menções, enfatizando sobretudo o corpo como comunicador de uma mensagem por meio dos gestos, sons e expressões corporais. Nesse sentido, parece-nos que a dimensão da sexualidade, enquanto dimensão humana, ainda é pouco explorada no currículo.

No documento, há um subcapítulo especialmente dedicado ao *corpo*, que traz reflexões críticas sobre a imagem corporal veiculada pelas mídias, pelo mercado, enfatizando o corpo ideal e as armadilhas da indústria cultural que atinge a criança. Ao contrário, a ação intencional pedagógica deve compreender “o corpo como interconexão entre natureza e cultura que se constitui na interface do biológico com o social, histórico e cultural” (PMF, 2022, p. 190) e que os discursos sobre o corpo devem “respeitar as experiências prévias das crianças e o direito a uma educação que amplie seus conhecimentos e suas experiências”, discutindo no coletivo da instituição sobre “os modos como as crianças estão **descobrimdo e construindo relações e identidades de gênero e sexualidade**, sempre a partir de uma intervenção ética e cuidadosa para e com as crianças” (PMF, 2022, p. 191, grifo nosso). Aqui reconhecemos que há uma indicação de como lidar com a questão da sexualidade e gênero em uma Educação Sexual emancipatória que considere o diálogo com toda a comunidade educativa, ou seja, famílias e profissionais. No entanto, o texto curricular não enfatiza os desdobramentos dessa Educação Sexual, não se aprofundando em situações concretas e de conhecimento prático de quem trabalha na Educação Infantil.

Como já vimos nas seções anteriores deste trabalho, as crianças são curiosas, perguntam, experimentam toques e sensações numa perspectiva de conhecimento de seu corpo e do corpo do outro. Segundo Louro (2010, p. 30), “na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras”. E a escola, onde deveria ser um local de conhecimento, é carregada de ocultamento. São as marcas (Louro, 2010) que o corpo escolarizado carrega, de silenciamento, de assunto proibido, de assunto que não é para criança.

Continuando a pesquisa das palavras-chave, o termo *inclusão* ou *inclusiva* aparece 5 vezes no Currículo da Educação Infantil de 2015, sendo 3 vezes utilizada no sentido de inserção de elementos ou adição; e 8 vezes na Reedição das Orientações Curriculares de 2022, sendo 3 vezes com sentido de adicionar. O contexto de utilização do termo nas orientações está voltado à temática da inclusão de crianças com deficiência, não direcionando para nenhum aspecto da sexualidade.

O termo *sentimento* aparece 8 vezes no Currículo da Educação Infantil de 2015 e também 8 vezes na Reedição das Orientações Curriculares de 2022, com foco principal na atenção das/dos

¹⁰ Núcleos de Ação Pedagógica objetivam identificar conteúdos da ação pedagógica das profissionais no âmbito da experiência e não em conteúdos tradicionais; levam em consideração as dimensões humanas (PMF, 2022, p. 10-15).

professoras/es em conduzir propostas que visam auxiliar a criança a expressar e a reconhecer seus sentimentos. Acreditamos que esse é um ponto muito importante na Educação Infantil: iniciar um trabalho de Educação Sexual e das emoções a fim de validar os sentimentos das crianças, mostrando que sentir é natural, é humano e, que a forma como lidamos com os sentimentos interfere em nossa identidade e na relação com o outro.

É função dos adultos acolher tais manifestações, de forma a ajudar as crianças a compreender suas emoções e a perspectiva do outro com quem elas se relacionam (PMF, 2015, p. 53).

Além disso,

Ajudar as crianças a manifestar os seus sentimentos (alegria, tristeza, raiva, ciúmes, decepção etc.) e a perceber os sentimentos dos colegas e dos adultos com quem se relacionam na busca do respeito mútuo (PMF, 2022, p. 102).

A palavra *diversidade*, enquanto dimensão e expressão humana dos indivíduos, aparece 21 vezes no Currículo da Educação Infantil de 2015 e 38 vezes na Reedição das Orientações Curriculares de 2022. O foco está na questão cultural e étnica, bem como na diversidade de contextos familiares e de manifestações culturais das crianças. Contudo, há pouca referência à diversidade sexual ou de gênero, que aparece em somente 4 citações de propostas pedagógicas, mas de modo superficial, como vemos a seguir.

Dispor, pelo espaço da sala, ao alcance das crianças revistas, jornais e livros de diversos gêneros, com imagens que contemplem a diversidade: étnico, cultural, geracional e de **gênero** (PMF, 2015, p. 52, grifo nosso).

Organizar os espaços para e com as crianças, contemplando o cuidado com os objetos e materiais, o acesso e a disposição dos brinquedos (bonecas, jogos, carros, louças, bolas, mobiliário, redes), considerando a diversidade étnica, de **gênero**, social e cultural na seleção e criação das imagens que irão compor os cenários deste espaço, valorizando a autoria e a construção da percepção estética (PMF, 2015, p. 103, grifo nosso).

Apoiar atitudes de cuidado e proteção das crianças numa perspectiva humanizadora que respeite a diversidade de **gênero**; das diferentes raças e etnias; da condição social e da biodiversidade criando nas Unidades Educativas espaços que incluam os modos de ser e viver existentes (PMF, 2022, p. 257, grifo nosso).

Concordamos com Silva e Buss-Simão (2018, p. 32) que a denominação diversidade nesses documentos vem sendo utilizada também para dar conta dos debates atuais sobre a etnia, cultura, gênero e gerações, enquanto marcadores sociais. Reconhecemos também que a Educação Sexual é um processo que envolve todas as temáticas relacionadas à sexualidade no seu construto social. No entanto, vemos aqui novamente um sinal de silenciamento para orientações curriculares mais profícuas e profundas a respeito da diversidade sexual no cotidiano de vida das crianças dentro das instituições educativas.

Por fim, as palavras *sexo* e *sexualidade* são mencionadas com timidez pelos documentos, sob certo contexto sem coesão. *Sexo* aparece 3 vezes no Currículo da Educação Infantil de 2015 e 5 vezes na Reedição das Orientações Curriculares de 2022. A palavra *sexualidade* não aparece no Currículo da Educação Infantil de 2015, sendo mencionada 5 vezes na Reedição das Orientações Curriculares

de 2022. Retomamos aqui a pesquisa já realizada por Silva e Buss-Simão¹¹ e concordamos com as autoras ao afirmar que “a sexualidade na primeira infância, ainda vem sendo tratada como um tabu, uma vez que ao não ser contemplada tal discussão não garante uma Educação Infantil de qualidade que considere a criança na sua integralidade” (2018, p. 37). Poucas mudanças ocorreram na nova reedição. Além da ausência (ou timidez) que corrobora uma perspectiva curricular que não engloba a totalidade da criança, o documento da Reedição das Orientações Curriculares de 2022, reeditado após 10 anos de seu antecessor, acaba agravando ainda com a omissão da dimensão do sexo e da sexualidade.

O texto da Reedição vem discorrendo sobre a diversidade e o reconhecimento dos repertórios culturais e as diferenças das famílias que compõem a comunidade local da instituição. No entanto, é introduzido, de modo desconexo, um quadro teórico (PMF, 2022) a respeito dos termos sexo, gênero e sexualidade, que é inserido sem diálogo e sem coesão textual com o conteúdo. Em seguida, o texto continua expondo sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015. Ou seja, não há coesão, coerência, profundidade e nem sentido textual. Em nossa percepção, os termos *sexo* e *sexualidade* são inseridos de qualquer maneira, sem diálogo e orientações curriculares adequadas para se trabalhar uma Educação Sexual intencionalmente com as crianças. Além disso, o referido quadro teórico (PMF, 2022) apresenta a sexualidade como sinônimo de orientação sexual, apresentando confusão de conceitos e corroborando concepções equivocadas. A sexualidade, enquanto dimensão humana que engloba aspectos gerais como emoção, sentimentos, diversidade, identidade de gênero, entre outros, não pode ser igualada à orientação sexual, entendida comumente como a atração que se sente por outros indivíduos. Ela é um elemento da sexualidade, mas não sinônimo.

A criança, em sua totalidade, é negligenciada quando se trata do tema *sexo* e *sexualidade*. Não há orientações curriculares profundas e dialógicas sobre as situações corriqueiras em que vivem as crianças nas instituições de Educação Infantil.

No cotidiano da educação infantil, algumas das expressões frequentes da sexualidade são as demonstrações de curiosidade e desejo de conhecer o próprio corpo e as sensações prazerosas que este pode proporcionar; de conhecer o corpo das outras crianças; de entender sobre as diferenças anatômicas entre meninas e meninos e sobre as separações culturalmente estabelecidas entre o que é considerado como feminino e masculino; de receber explicações sobre como acontece o nascimento, a gravidez, a reprodução, o sexo, dentre outras questões sobre o desejo, sobre o prazer e sobre os relacionamentos; além de dúvidas que surgem diante do contato com imagens e conteúdos sobre sexo e sexualidade em materiais midiáticos (Pastana; Maia, 2014, p. 203).

Pastana e Maia apontam que a partir de uma situação simples de um dia de banho de mangueira (atividade comum nas instituições de Educação Infantil), destacam-se reflexões sobre sexualidade muito emergentes. As crianças são seres humanos sexuados, vivem, percebem e expressam sua sexualidade, mas, em geral, são coibidas de assim se expressarem, causando confusão. No entanto, as/os profissionais não encontram espaço para dialogar e compreender suas próprias resistências e desconfortos e, assim, ressignificar sua ação docente (Pastana; Maia, 2014). No tocando ao *sexo* e *sexualidade*, percebemos que o currículo também não se efetiva como um espaço aberto para promover um diálogo intencional sobre Educação Sexual em uma perspectiva emancipatória para crianças.

11 Silva e Buss-Simão (2018) encontraram 3 vezes a palavra *sexo* no Currículo da Educação Infantil de 2015 e nenhuma vez nas Orientações Curriculares de 2012. A palavra *sexualidade* não foi mencionada no Currículo da Educação Infantil de 2015 e 3 vezes nas Orientações Curriculares de 2012.

Considerações Finais

Ao analisar as definições e orientações sobre Educação Sexual numa perspectiva emancipatória e inclusiva presentes em dois documentos das Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, a respeito de palavras-chave *Educação Sexual*, *corpo*, *inclusão*, *sentimento*, *diversidade*, *sexo* e *sexualidade*, percebemos que as orientações abrangem aspectos tangenciais da Educação Sexual como o corpo, a corporeidade, os sentimentos, na perspectiva de orientar profissionais que lidam com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Há muitas propostas e orientações que chamam a atenção para o reconhecimento do corpo como linguagem, como dimensão humana, um corpo que brinca e vive sua infância de diferentes maneiras em sua diversidade de contextos e experiências. Há muitas orientações sobre o respeito à diversidade, a inclusão de elementos que remetem às várias etnias, gêneros, gerações e diversidade na totalidade.

No entanto, tais propostas vão ao encontro de perspectivas pedagógicas e orientações práticas para planejar ações e interações com as crianças em um plano mais amplo de trabalho, sem considerar a profundidade, comprometimento e o conhecimento científico que a temática exige. De modo que, os documentos carecem de maior profundidade, coesão e coerência com elementos da Educação Sexual propriamente dita. O próprio termo *Educação Sexual* é inexistente no texto, bem como os termos *sexo* e *sexualidade* aparecem de maneira tímida e fora de contexto, tornando o silêncio também uma forma de educar sexualmente.

Ao compreender que Educação Sexual é uma “ação de ensino-aprendizagem a respeito da sexualidade e de todas as temáticas a ela ligadas direta ou indiretamente” (Figueiró, 2023 p. 117), percebemos que o acesso e o direito ao conhecimento científico, por exemplo, não fica evidente nas orientações curriculares para a Educação Infantil. Atitudes relacionadas à vida sexual, ao conhecimento do corpo e dos genitais, a atenção à curiosidade das crianças, orientações práticas sobre o cotidiano das relações das crianças não são elementos que aparecem de maneira evidente nos documentos. No entanto, essas são situações cotidianamente vivenciadas pelas crianças e que causam muito desconforto nas/nos professoras/es que, por não saberem lidar, podem agir com silenciamento ou com repressão.

Este cenário nos remete novamente ao que Figueiró (2023) aponta sobre o tabu, as dificuldades pessoais e o medo de reações opressoras como elementos bloqueadores do avanço da Educação Sexual nos currículos. Aliado a isso, reforçamos o que já afirmam Antunes e Raupp (2024) a respeito da relevância da formação continuada para que profissionais da educação ressignifiquem suas práticas e concepções. É emergente trabalhar esse tema na formação de professores, reconhecendo as fragilidades pedagógicas que temos enquanto profissionais da educação, de encarar o desafio enquanto ato político e pedagógico.

Em tempos de retrocessos ideológicos, olhares fiscalizadores do negativismo científico e de governos com políticas repressoras, promover um currículo que fomente uma Educação Sexual Emancipatória e Inclusiva é um desafio sempre emergente, pois mobiliza a busca de diálogo e respeito, na sua forma mais genuína e necessária para a formação de indivíduos íntegros e respeitosos com a própria história e identidade particular e coletiva de uma sociedade.

Referências

ANTUNES, Leandro. **Compreensão de docentes de núcleos de educação infantil sobre educação sexual como subsídios a projetos de formação continuada**. 2023. 193 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://pergamumweb.udesc.br/acervo/164320>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ANTUNES, Leandro; RAUPP, Graziela. A relevância da formação continuada de educadoras/es sexuais: um olhar sobre as concepções e práticas docentes. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Caicó-RN, v. 24, n. 1, p. AR08, jan. 2024. DOI: 10.21680/1984-3879.2024v2

4n1ID34574. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/34574>. Acesso: 3 fev. 2025.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia; CARVALHO, Leilane Raquel Spadotto de; VILAÇA, Teresa. Educação Sexual inclusiva na perspectiva de professores (as): análise do contexto português e brasileiro. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas-TO, v. 7, n. 27, p. 32-46, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5157>. Acesso: 05 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

BUENO, Rita de Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 4 dez. 2024.

CAMPOS, Maria Malta. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Direitos Sexuais como Direitos Humanos e a BNCC: subsídios para Educação Sexual. In: FERREIRA, Ezequiel Martins (org.). **Ciências humanas: Perspectivas teóricas e fundamentos epistemológicos**. Ponta Grossa: Atena, 2023. p. 116-137. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/direitos-sexuais-como-direitos-humanos-e-a-bncc-subsidios-para-educacao-sexual>. Acesso em: 15 jan 2025.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Prefeitura Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação. Betim, MG: CGP Solutions, 2015. *E-book*. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_06_2015_17.45.09.f15fd281f2a179c83213049c0423f395.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Base Nacional Comum Curricular e os documentos curriculares municipais da educação infantil de Florianópolis:** recontextualização curricular, Florianópolis, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_05_2022_7.38.45.422441143eb590bf513f7e530dff0000.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Reedição das Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.** 2. ed. Florianópolis, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2022. *E-book*. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/09_03_2023_11.18.56.71ddde2d9aba8d1f628cc40ac4cb4b9.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da educação sexual na escola. In: PARANÁ. **Sexualidade.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – PR., 2009. p. 37-48. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

KRIPKA, R. M. L; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa.** In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 4., 2015, Aracajú, SE. *Investigação Qualitativa em Educação*, 2015, v. 2, p. 243-247. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280924900>. Acesso: 10 out. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. cap. 1, p. 9-34.

MACHADO, Aline Maria. **Estudo de caso sobre a compreensão da categoria educação sexual por professores/as de educação infantil:** do prescrito ao vivido. 2024. 198 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

MARTINS FILHO, Altino José; MARTINS FILHO, Lourival José. **Educação Infantil:** especificidades da docência. 1. ed. Florianópolis: UDESC, 2013. 168 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 21 ed. Petrópolis: Vozes. 2002. 80 p.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação:** as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar. 1996. 330 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/102903>. Acesso em: 05 mar. 2025.

OLIVEIRA, Lucilaine dos Santos; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Problematizando discursos presentes na escola sobre a sexualidade na infância. In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi *et al* (org.). **Educação para a sexualidade.** Rio Grande: FURG, 2014, p. 115-127. Disponível em: https://sexualidadeescola.furg.br/phocadownload/caderno%20completo%20sead_volume%2023%201.pdf. Acesso em: 08 jan. 2025.

PASTANA, Marcela; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Reflexões sobre a sexualidade na infância a partir de cenas do cotidiano escolar. In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi *et al* (org.). **Educação para a sexualidade.** Rio Grande: FURG, 2014, p. 115-127. Disponível em: https://sexualidadeescola.furg.br/phocadownload/caderno%20completo%20sead_volume%2023%201.pdf. Acesso em: 08 jan. 2025.

QUADRADO, Raquel Pereira; BARROS, Suzana da Conceição de. Corpos, gênero e sexualidades: tensões e desafios para o currículo escolar. *In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al (org.). Educação para a sexualidade*. Rio Grande: FURG, 2014, p. 115-127. Disponível em: https://sexualidadeescola.furg.br/phocadownload/caderno%20completo%20sead_volume%2023%201.pdf. Acesso em: 08 jan. 2025.

SACRISTÁN, Gimeno. **Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SILVA, Karine Zimmer da; BUSS-SIMÃO, Márcia. Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis. **Revista Zero-a-seis**. v. 20, n. 37 p. 27-41, jan-jun 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n37p27>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2018v20n37p27/36710>. Acesso em: 04 dez. 2024.

VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. 118 p.

Recebido em 10 de abril de 2025
Aceito em 13 de maio de 2025